

WORLD RAINFOREST MOVEMENT



Boletim No 212 – Março 2015 – [Veja versão online](#)



Share



Tweet



Forward

Assine o Boletim mensal do WRM

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

NOSSA OPINIÃO



[Dia Internacional das Florestas da FAO, 2015: qual é a mudança que a FAO quer?](#)

Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), celebra o Dia Internacional das Florestas em 21 de março. O lema deste ano é “Florestas, Clima, Mudança”. Mas as mudanças que vemos que a FAO ajuda provocar, apenas aumentam os problemas dos povos que dependem das florestas, por exemplo, a tendência em países do Sul, como na China, na Malásia, no Brasil e no Chile, de promover o plantio comercial de árvores transgênicas.

¿ÁRVORES ARTIFICIAIS? A INDÚSTRIA DE MADEIRA E PAPEL À PROCURA DE MAIS MONOCULTIVOS INDUSTRIAIS



[O Congresso Mundial de Silvicultura 2015, na África: mais monoculturas de árvores ou mais conservação de florestas no continente?](#)

No mês de setembro deste ano, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) organizará seu XIV Congresso Mundial de Silvicultura, desta vez, no continente africano, em Durban, África do Sul. Trata-se do mais importante evento relacionado ao tema das florestas que a FAO organiza, e ela faz isso apenas uma vez a cada seis anos. Mas sobre quais “florestas” estamos falando? Quais as tendências desse Congresso e o que ele poderia provocar no continente africano, sobretudo pensando nas comunidades e nos povos que dependem das florestas?



[China e Malásia: promovendo as plantações e as árvores transgênicas](#)

Grande parte das pesquisas em engenharia genética de árvores é direcionada aos vários desejos das indústrias: árvores que cresceriam mais rápido, conteriam mais celulose, seriam resistentes a herbicidas, insetos e fungos, resistiriam a secas e baixas temperaturas e não floresceriam. As árvores também estão sendo cobiçadas por sua capacidade de armazenar carbono, como uma suposta solução para as mudanças climáticas. Indústrias e conglomerados empresariais estão ansiosos para expandir seus lucros. Os governos da China e da Malásia estão promovendo a expansão das monoculturas, enquanto avançam na pesquisa sobre árvores transgênicas. Isso representa uma grave ameaça às suas florestas remanescentes, suas fontes de água e seus territórios locais, ao mesmo tempo em que intensifica os conflitos com as populações que vivem nas florestas e delas dependem.



[As árvores transgênicas e a tecnologia Terminator](#)

Muitas são as razões pelas quais é imprescindível se opor às árvores transgênicas: por seus impactos sobre as florestas, a biodiversidade, os territórios e os povos que os habitam. Uma delas é que a contaminação através do pólen transgênico dessas árvores é realmente incontrolável. Este argumento, que deveria servir para proibi-las, é usado por seus defensores para promover outro pesadelo: a chamada tecnologia Terminator, projetada originalmente para fazer “sementes suicidas”.



[“Os transgênicos não são bem vindos”. Entrevista com André Hl Dallagnol de a organização brasileira Terra de Direitos](#)

Futuragene, empresa da Suzano Papel e Celulose, um dos maiores produtores de celulose e papel do Brasil, solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do país liberar as plantações comerciais de um certo tipo de eucalipto geneticamente modificado chamado "Evento H421". No entanto, a 05 de março, quando a reunião da CTNBio sobre o pedido da Futuragene estava perto de começar, próxima de 1000 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tomou o viveiro do Futuragene em São Paulo, onde a variedade de eucalipto transgênica está sendo testado. Enquanto isso, outros 300 camponeses organizados pela Via Campesina interromperam a reunião que teve lugar na CTNBio em Brasília. A reunião foi adiada para 09 de abril e nenhuma decisão sobre o eucalipto transgênico foi tomada.



[A Stora Enso e as árvores transgênicas: intensificando a destruição de florestas e povos](#)

A gigante finlandês-sueca da indústria florestal, Stora Enso, uma das maiores indústrias de celulose e papel do mundo, também está ávida por avançar na pesquisa sobre árvores geneticamente modificadas. Sua enorme área de plantações industriais na América Latina e na Ásia já resultou em graves violações ambientais e de direitos humanos. Não obstante, um questionário divulgado em 2014 pelo “Forest Dialogue” revela que a empresa busca intensificar sua produção ainda mais, muito provavelmente usando árvores transgênicas.

[Árvores transgênicas no Chile: a urgência de modificar o DNA na política, e não na vida vegetal](#)

A transgenia florestal no Chile está rodeada de mistério, sigilo e lobbies corporativos. Enquanto os órgãos do Estado negam que haja liberação de árvores transgênicas no meio ambiente, laboratórios, universidades e



empresas dedicadas à biotecnologia florestal se disseminam pelo país, com a ajuda de recursos públicos. Esquizofrenia, súbito interesse científico ou irresponsabilidade política condenável?



[Plano de Ação para a Silvicultura Tropical +30: a FAO e o Banco Mundial estão no centro de mais falsas soluções para a crise florestal: REDD e Agricultura Climaticamente Inteligente](#)

Trinta anos depois do lançamento do fracassado Plano de Ação para a Silvicultura Tropical, o financiamento do Banco Mundial, da FAO e de outros parceiros e financiadores está novamente promovendo iniciativas-piloto e de demonstração, bem como políticas nacionais e regimes de investimento com o objetivo declarado de enfrentar a crise do desmatamento. E, novamente, as iniciativas – desta vez sob o guarda-chuva do REDD, do REDD de paisagem e da agricultura climaticamente inteligente – estão fadadas a fracassar no enfrentamento da crise florestal e climática porque sua análise das causas fundamentais identificam equivocadamente o problema na pequena agricultura camponesa, e a solução, no setor da silvicultura industrial e do agronegócio.

POVOS EM AÇÃO



[Camponesas impedem aprovação do plantio comercial de árvores transgênicas no Brasil!](#)



[Estados Unidos autorizam as primeiras árvores transgênicas para comercialização](#)



[A resistência viva aos monocultivos](#)

RECOMENDADOS



[Das palmeiras da África](#)



O roubo da biomassa global



A “agricultura climaticamente inteligente”, uma agricultura entregue à finança do carbono e às multinacionais



Defender e promover o direito à soberania alimentar em todo o mundo

NOSSA OPINIÃO



Dia Internacional das Florestas da FAO, 2015: qual é a mudança que a FAO quer?

Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), celebra o Dia Internacional das Florestas em 21 de março. O lema deste ano é “Florestas, Clima, Mudança”. Mas as mudanças que vemos que a FAO ajuda provocar, apenas aumentam os problemas dos povos que dependem das florestas, por exemplo, a tendência em países do Sul, como na China, na Malásia, no Brasil e no Chile, de promover o plantio comercial de árvores transgênicas.

Para muitos povos indígenas, a floresta tem uma importância vital, conforme bem diz uma liderança da floresta amazônica: “nós temos muitos costumes, muitas crenças e muitas tradições, os quais se relacionam diretamente com a floresta, o ar, a água, a terra e o sol, numa única relação cosmológica espiritual, muito profunda e respeitadora”.

Mas, se depender da FAO, pelo menos segundo um vídeo publicitário de 1 minuto para o Dia Internacional das Florestas 2015, as florestas são vitais porque “...estão na linha de frente contra a mudança climática”. Essa visão enxerga apenas a capacidade da floresta de absorver CO₂ através das árvores e do solo, e aponta para incluir as florestas em um acordo do clima a ser definido em Paris, no final do ano. Será que a mudança que a FAO prega no lema do Dia – Florestas, Clima, Mudança – é que todos nós venhamos a aderir a essa visão limitada de que precisamos da floresta para enfrentar a crise climática? E o que isso representa para os povos e populações que dependem das florestas?

Visões reduzidas, imposições e benefícios para poucos têm marcado as supostas soluções das últimas décadas para conter o desmatamento das florestas tropicais:

- Primeiro, veio o “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) das florestas tropicais, ainda na década de 1980, promovendo uma ideia de que é importante “manter a floresta em pé” e prometendo, ao mesmo tempo, benefícios para as populações e conservação das florestas. Mas, na prática, o MFS continua destruindo a floresta tropical porque não promove o fim da extração de madeira, apenas sugere fazer isso de forma “seletiva”, beneficiando as empresas madeireiras, perpetuando a destruição da floresta e também gerando impactos negativos sobre as comunidades locais. Houve até mais extração de madeira e destruição de florestas nas áreas “sob manejo”, em países como Congo (RDC). Veja [Boletim 207 do WRM](#) para mais informações.

- Em 2005, foi lançado o mecanismo REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), que chegou com as mesmas promessas do MFS, inclusive dizendo que combateria o aquecimento global, mas tampouco é capaz de beneficiar comunidades ou frear o desmatamento. Ao contrário, as comunidades são responsabilizadas pelo desmatamento e afetadas no seu modo de vida quando os projetos impõem restrições ao uso que fazem da floresta. Quem se beneficia são as indústrias poluidoras que adquirem créditos de carbono, comprando o direito de poluir. Enquanto isso, as verdadeiras causas do desmatamento tampouco são atacadas pelo REDD e pelo REDD+. Veja o [Boletim 184 do WRM](#) para mais informações.

- Em 2007, foi lançada no Brasil, por ONGs conservacionistas, a ideia do “desmatamento zero”, seguida, nos últimos anos, por inúmeros anúncios com a mesma proposta por parte de várias das empresas que promovem monoculturas de árvores e que estão entre os principais responsáveis pelo desmatamento na Indonésia, como a Wilmar e a APP. Um dos problemas é que se trata de um compromisso voluntário, e sua implementação será difícil. Só a Wilmar tem 800 fornecedores. Mesmo assim, em 2014, a Declaração de Nova York sobre florestas assumiu o mesmo compromisso, sendo assinada pela Wilmar e por muitas outras empresas que prometiam zerar o desmatamento em 2030, ao afirmar também que “as florestas representam uma das soluções mais efetivas para o clima disponíveis hoje, em termos de custo”.

Mesmo que a Wilmar prometa monitorar o “desmatamento zero” (inclusive utilizando satélites) em todas as 800 empresas que lhe fornecem azeite de dendê (palma), por exemplo, há que se perguntar de qual floresta estamos falando. Será que são florestas de “Alto Valor de Conservação” que esquemas de certificação como a RSPO (veja o [Boletim 201 do WRM](#)) consideram importante não cortar? Ou serão florestas conforme o entendimento das comunidades que costumam considerar importantes e, portanto, de “alto valor”, todas as suas áreas de uso, com mais ou menos biodiversidade? E mesmo se conseguíssemos monitorar o desmatamento por satélite, será que também existe um “satélite” para monitorar os inúmeros conflitos fundiários e trabalhistas em países como Indonésia, tão graves como o desmatamento?

O que todas essas supostas soluções para o desmatamento já mencionadas têm em comum é que elas enxergam a floresta apenas como um “depósito de árvores”, de onde elas podem ser extraídas e até mesmo plantadas de forma “sustentável” para se obter madeira ou para armazenar carbono. Um problema adicional é que a FAO não mostra disposição para mudar sua definição atual de florestas, que, na mesma linha, define-as apenas como um conjunto de árvores. O resultado é que a FAO promove as monoculturas de árvores como “florestas plantadas”, tanto para servir a indústrias de móveis, papel, pneus, azeite de dendê, etc. quanto como “armazém” de carbono, servindo às indústrias poluidoras em busca de comprar o direito de poluir. Essa inclusão da falsa ideia de “florestas plantadas” induz a uma mudança pequena e fundamental no conceito do “desmatamento zero”: ela leva à ideia do “desmatamento zero líquido”, ou seja, posso destruir uma floresta se eu “plantar floresta” em outro lugar, como, por exemplo, um monocultivo de árvores. Só na década de 2000-2010, aumentou em 50 milhões de hectares a área de plantações de monocultivos de árvores no mundo inteiro, sobretudo nos países do Sul Global.

E não faltam incentivos para expandir essa área ainda mais, por exemplo, com a manipulação genética de árvores como o eucalipto, destacando o pedido recente de licença para plantio comercial de um eucalipto transgênico no Brasil, com o objetivo de incrementar ainda mais a produtividade o que também incentivaria a capacidade de armazenar carbono, mas com impactos ecológicos tremendos, denunciados por 1.000 mulheres da Via Campesina que este mês ocuparam uma área de experimentos com eucalipto transgênico. Neste boletim, além de analisar a situação no Brasil, abordamos também a expansão das árvores transgênicas na China com monocultivos de álamo principalmente, e Malásia, de seringueira, além de Chile. E para deixar qualquer um espantado: mesmo uma monocultura com árvores transgênicas é chamada de “floresta plantada” pela FAO.

Talvez o mais grave seja que, em todas essas “soluções” apresentadas até hoje para conter o desmatamento, não está prevista outra perspectiva a não ser a continuação do modelo destrutivo de produção e consumo e o fortalecimento do poder corporativo. Nenhuma “solução” da FAO ou de outras instituições fala em deixar o petróleo ou o minério no solo, produzir comida em cada país para incentivar a soberania alimentar ou parar a extração de madeira tropical e a expansão de monoculturas

de dendê, soja, eucalipto, etc. Todas essas propostas seriam excelentes para combater a crise climática e também o desmatamento.

Na corrida em curso pelas últimas reservas de terras férteis, pelas reservas de petróleo e minério, as comunidades que dependem das florestas tendem a perder o controle de seus territórios, seja porque suas terras serão destruídas em função dessa expansão ou porque serão conservadas por se tratar de uma área que “compensaria” a destruição de outra ou por ser uma “floresta de alto valor de conservação”.

Não podemos aceitar a proposta de continuar destruindo as florestas dizendo que elas serão “compensadas” em outro lugar, muito menos se isso for feito também com monocultivos de árvores transgênicas, aprofundando ainda mais os problemas e impactos. Isto pelo simples motivo de que cada área, cada lugar, com seu povo e comunidade específicos, é único e precisa ser conservado, não destruído e tampouco pode ser compensado. Reconhecer isso tem sido, até hoje, a melhor forma de combater o desmatamento. Talvez essa seja a mais importante mudança que a FAO precisa promover.

Fonte: documento informativo do WRM por ocasião do Dia Internacional das Florestas da FAO; acesse em <http://wrm.org.uy/pt/files/2015/03/florestas-clima-mudanca-mudar-o-que-21-marco-2015.pdf>

Veja também um breve vídeo do WRM em resposta ao vídeo publicitário que produziu a FAO para o 21 de Março em: <http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/isso-nao-e-sustentavel-video/>

¿ÁRVORES ARTIFICIAIS? A INDÚSTRIA DE MADEIRA E PAPEL À PROCURA DE MAIS MONOCULTIVOS INDUSTRIAIS



O Congresso Mundial de Silvicultura 2015, na África: mais monoculturas de árvores ou mais conservação de florestas no continente?

No mês de setembro deste ano, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) organizará seu XIV Congresso Mundial de Silvicultura, desta vez, no continente africano, em Durban, África do Sul. Trata-se do mais importante evento relacionado ao tema das florestas que a FAO organiza, e ela faz isso apenas uma vez a cada seis anos. Mas sobre quais “florestas” estamos falando? Quais as tendências desse Congresso e o que ele poderia provocar no continente africano, sobretudo pensando nas comunidades e nos povos que dependem das florestas?

Na língua inglesa, a silvicultura é chamada de “forestry”, um verbo quase igual ao substantivo “forests” (florestas, em português). Em inglês, parece que os dois termos estão muito próximos e quase se confundem. No entanto, a silvicultura – “forestry” – indica uma coisa muito diferente de florestas. Conforme dicionários de inglês, “forestry”, ou silvicultura, significa, por um lado, “a ciência de plantar e cuidar de florestas”, e por outro lado, o “manejo da madeira em fase de crescimento”. Isso mostra que, falando de silvicultura, predomina uma visão de que a floresta é importante em função da madeira e das árvores, daí a afirmação de que a silvicultura trata de “plantar florestas” quando, na realidade, todos sabemos que só se podem plantar árvores.

Quando seu mais importante Congresso relacionado ao tema das florestas é centrado na silvicultura, a FAO demonstra o peso que isso tem dentro da instituição e a visão de que uma floresta é, em resumo, um “grande depósito de madeira”, sem gente, sem outras plantas, insetos, animais, sem todas essas inúmeras teias de vida presentes na floresta. Isso se reflete também na definição que a FAO continua defendendo do que seria uma floresta: basicamente, apenas um conjunto de árvores, sem mencionar todos os outros elementos que conformam aquilo que é entendido como floresta no senso comum: algo onde predomina a diversidade e não a monocultura industrial, algo que muitas vezes é chamado de “sagrado” pelas populações locais.

Mesmo que a FAO tenha um documento de “estratégia”, que seria para “florestas e silvicultura”, esse documento continua orientando o trabalho de um departamento que se chama apenas “Departamento de Silvicultura” (1). É outra indicação de onde está o foco da FAO. Além disso, uma relevante comissão de assessoria desse Departamento de Silvicultura é a “Comissão Consultiva sobre Produtos de Papel e Madeira”, que “tem o objetivo principal de oferecer direção às atividades e aos programas de trabalho do Departamento de Silvicultura da FAO sobre assuntos relevantes para a indústria de papel e produtos florestais”. (2)

A Finlandesa Tiina Vahanen, secretária-geral adjunta do Congresso Mundial de Silvicultura, afirma que “quando se reunirem para o XIV Congresso Mundial de Silvicultura, em Durban, em setembro, engenheiros florestais e apoiadores da floresta terão uma oportunidade única de destacar a necessidade urgente de dar crédito às florestas pelo verdadeiro valor que proporcionam” (3). De fato, é uma questão fundamental para a FAO refletir bem. Por quê?

Desde a sua fundação, em 1945, a FAO se dedicou aos seguintes objetivos fundamentais: erradicar a fome e a pobreza. Nessa perspectiva, investiu em programas que, na sua visão, pudessem desenvolver a produção de alimentos nos países para garantir a segurança alimentar da população. Baseada em sua definição, segundo a qual as florestas podem ser “plantadas”, a FAO incentivou a expansão das grandes plantações de monoculturas de eucalipto, pinus, acácia, seringueira, etc. Somam-se a isso as plantações de dendê, com muitas das mesmas características das outras monoculturas (de árvores) já mencionadas. Sendo assim, estamos falando de dezenas de milhões de hectares de grandes monoculturas plantadas nos países do Sul nos últimos 20 a 30 anos, principalmente na América Latina e na Ásia.

Esses projetos de plantações, sem exceção, foram impostos à população local e apresentados a ela como programas que “desenvolveriam” a região e “combateriam” a pobreza. Hoje, nas regiões que concentram grandes monocultivos de árvores, encontramos a população mais pobre do que antes em função da expulsão de suas casas e do seu território, sem falar das perdas que implicou para elas a destruição das florestas. Já compõem uma biblioteca todos os estudos que mostram que as grandes plantações de árvores espalharam a fome e a pobreza, em vez de combatê-la (4).

É simbólico que este ano o Congresso Mundial da Silvicultura seja organizado na África. Conforme diz a empresa de consultoria Poyry, também da Finlândia, como a Sra. Vahanen, “há um interesse crescente na África como destino para investidores em florestas, considerando-se a disponibilidade de terras, taxas competitivas de crescimento das árvores e baixos custos de mão-de-obra.” (5) De fato, o continente africano já se defronta com uma ofensiva de empresas e fundos de investimento que se apropriam de terras para promover o dendê (palma africana) mais no Oeste da África e na África Central, além de plantações de eucalipto, seringueira e pinus, mais ao Leste e ao Sul do continente. Os impactos negativos na África talvez sejam até mais devastadores do que em outros continentes, devido à suma importância que a terra tem para o povo majoritariamente rural, para produzir alimentos. Substituir essas roças por monoculturas de árvores, como está ocorrendo em vários países, leva a pobreza e fome, exatamente porque, em muitos lugares, as pessoas perdem suas fontes de alimentos que são as florestas, destruídas para dar lugar às “florestas plantadas”, além de outros lugares extremamente biodiversos e, portanto, valiosos para as comunidades, como os pastos naturais e as savanas.

A África se tornou, inclusive, um lugar especialmente preferido para implementar plantações de árvores voltadas a “armazenar” carbono conforme o mecanismo REDD (6). Coincidência ou não, a Sra. Vahanen tem coordenado os trabalhos de promoção do REDD dentro da FAO. Desconfiamos que, quando afirma que está na hora de visualizar as florestas e o “verdadeiro valor que proporcionam”, a Sra. Vahanen está pensando, antes de tudo, no valor econômico do carbono armazenado nas florestas quando é comercializado para compensar as emissões de atividades poluidoras em países industrializados. De qualquer forma, o fato deste Congresso ser na África poderia abrir uma excelente oportunidade para a FAO aprender, com povos africanos que dependem das florestas, como eles enxergam o “verdadeiro valor que elas proporcionam”.

Nesse sentido, a Sra. Vahanen tem até afirmado que, para o Congresso, “estamos trabalhando para assegurar que as vozes de jovens, mulheres e comunidades locais sejam ouvidas” (7). Resta saber se isso ocorrerá de uma maneira significativa e verdadeira, e se a FAO e seus funcionários se abrirão para de fato aprender com jovens, mulheres e comunidades locais africanas que dependem das florestas para sua sobrevivência. São elas que têm buscado defender suas florestas das ameaças promovidas pela própria FAO, como as monoculturas de árvores. Se a FAO não busca ouvir essas populações de forma significativa e verdadeira, a tendência é que o órgão continue sendo uma “presa” dos interesses das grandes empresas de madeira e outros interessados na promoção das monoculturas de árvores, concentrados nos países do Norte global, inclusive na Finlândia.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy

Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

- (1) <http://www.fao.org/docrep/012/a1043e/a1043e00.pdf>
- (2) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/a-definicao-de-floresta/>
- (3) http://forestry.fao.org/files/amf_fao/project_59/February_2015/WFC_Info_News.pdf
- (4) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/um-panorama-das-plantacoes-industriais-de-arvores-no-sul-global-conflitos-tendencias-e-lutas-de-resistencia-2/>
- (5) http://www.povry.com/sites/default/files/imce/files/africanplantationforestry_-_june2011-lfwp-br.pdf
- (6) veja a publicação REDD: um conjunto coleção de conflitos, contradições e mentiras, <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>
- (7) Referência 3



China e Malásia: promovendo as plantações e as árvores transgênicas

Grande parte das pesquisas em engenharia genética de árvores é direcionada aos vários desejos das indústrias: árvores que cresceriam mais rápido, conteriam mais celulose, seriam resistentes a herbicidas, insetos e fungos, resistiriam a secas e baixas temperaturas e não floresceriam. As árvores também estão sendo cobiçadas por sua capacidade de armazenar carbono, como uma suposta solução para as mudanças climáticas. Indústrias e conglomerados empresariais estão ansiosos para expandir seus lucros (1). Os governos da China e da Malásia estão promovendo a expansão das monoculturas, enquanto avançam na pesquisa sobre árvores transgênicas. Isso representa uma grave ameaça às suas florestas remanescentes, suas fontes de água e seus territórios locais, ao mesmo tempo em que intensifica os conflitos com as populações que vivem nas florestas e delas dependem.

China: árvores transgênicas cruzam a muralha

A China é o único país do mundo a ter aprovado o plantio comercial de árvores transgênicas e tem o segundo maior número de experimentos de campo em todo o mundo, depois dos Estados Unidos. Durante a última década, mais de um milhão de álamos transgênicos resistentes a insetos foram plantados no país. Genes dessas árvores já apareceram em variedades naturais que crescem nas proximidades, e surgiram novas pragas de insetos que eram desconhecidas em álamos não transgênicos (2). Em 2008, álamos transgênicos, projetados para tolerar solos salinos, foram plantadas (3).

Enquanto isso, a China também tem o maior projeto de plantação de árvores do mundo, com 66 bilhões de árvores plantadas desde 1978. O "Projeto Quebra-Vento Norte Três" ou, como é comumente chamado, a "Grande Muralha Verde", pretende se estender por 4.500 km ao longo dos limites dos desertos do norte da China até 2050, abrangendo 405 milhões de hectares (42% do seu território), em uma tentativa de combater os efeitos do desmatamento em massa ocorrido no passado (4). A maior parte da área plantada é e será de monoculturas de árvores, incluindo plantações de árvores transgênicas (5).

Os impactos preocupantes de um projeto tão grande estão começando a aparecer. Em regiões áridas, as plantações de árvores podem agravar a desertificação ao esgotar as águas subterrâneas e matar gramíneas que mantêm o solo firme. Zhao Wenju, agricultor da aldeia de Zhangjia, próxima a Beijing, diz que um poço de onde retirava água de até nove metros há uma década afundou a 60 metros abaixo do nível do solo. Hou Yuanzhao, da Academia Chinesa de Silvicultura, teme que os álamos que estão morrendo na região, menos seca do que muitas outras abrangidas pelo projeto, são o início de um afinamento generalizado (6).

A realidade é que ninguém sabe qual é a área exata plantada com árvores transgênicas na China. Não há registros conhecidos de onde as árvores estão ou quantas foram plantadas. "É muito difícil localizá-las", comentou Wang Lida, da Academia Chinesa de Silvicultura. Os álamos podem se propagar muito facilmente, e as árvores transgênicas são levadas de um viveiro para outro. Mas, além de álamos, estão

sendo realizadas pesquisas para desenvolver seringueiras e eucaliptos transgênicos.

Malásia: seringueiras transgênicas como “fábricas vivas”

A Malásia é o sexto maior produtor mundial de borracha natural. Estados Unidos, Alemanha e Japão são os maiores mercados para os produtos de borracha do país, e Reino Unido, China e Austrália também são importantes compradores. Os fabricantes compreendem multinacionais e joint-ventures de vários países, incluindo Estados Unidos, Europa e Japão, assim como empresas locais (7). Embora os estados malaios tenham competência e controle sobre a terra e as florestas, grande parte dos territórios de comunidades da floresta e povos indígenas não foi reconhecida (8).

O Conselho Malásio da Borracha (Malaysian Rubber Board) é o organismo responsável pela indústria da borracha no país e dispõe do Instituto de Pesquisa de Borracha da Malásia (RRIM, na sigla em inglês), encarregado do trabalho de pesquisa com borracha natural. Em 2014, o RRIM solicitou a aprovação de testes de campo “confinados” com seringueiras transgênicas em Penawar, Kota Tinggi, no estado de Johor, para produzir proteínas específicas no látex para uso farmacêutico. De acordo com a indústria da borracha, as seringueiras não têm apenas potencial para produtos de borracha e madeira de seringueira; elas também podem sequestrar o carbono da atmosfera. E para isso, “seringueiras transgênicas poderiam servir como linhas de produção eficientes para a proteína desejada, de baixo custo, baixa manutenção e sem danos ao meio ambiente” (9).

No entanto, um comunicado à imprensa da Associação dos Consumidores de Penang e da Sahabat Alam (Amigos da Terra – Malásia), de fevereiro de 2015, expressou forte oposição ao cultivo de árvores transgênicas na Malásia (10). “Que garantias existem de que os transgenes não vão se espalhar no meio ambiente”, perguntam os grupos interessados. E continuam: “considerando-se seu crescimento perene e, em muitos casos, sua longa vida e seu grande porte, as árvores transgênicas podem desenvolver interações ecológicas complexas e em múltiplos níveis com outros organismos. A interação dessas árvores com o meio ambiente pode, portanto, resultar em impactos de longo prazo sobre o solo, as cadeias alimentares e os ecossistemas florestais, que precisam ser avaliados”.

A Malásia é membro da Convenção sobre a Diversidade Biológica, que demandou uma abordagem preventiva às árvores transgênicas. Isso significa não plantar essas árvores nem fazer testes de campo com elas antes de verificar seus verdadeiros impactos potenciais, no longo prazo, sobre florestas e meios de subsistência de comunidades indígenas e locais. Mesmo assim, o comunicado à imprensa enfatiza que “ainda nem está claro se esses testes de campo já foram realizados na Malásia sem conhecimento público e descumprindo a lei”. A solicitação do RRIM nem sequer trata dos possíveis impactos ambientais negativos e, portanto, a instituição conclui que “tendo em conta as lacunas científicas e a falta de segurança, não pode haver qualquer plantio de seringueiras transgênicas na Malásia, seja para testes de campo, seja por razões comerciais”.

Enquanto isso, o governo está avançando na expansão das plantações de árvores com um marco jurídico que classifica monoculturas de uma única espécie como florestas. Grande parte das florestas remanescentes na Malásia peninsular é classificada como “Florestas Reservadas Permanentes” (FRPs), que são destinadas a fazer o corte “seletivo”. No entanto, uma brecha na lei permite a conversão dessas áreas em plantações monocultoras de seringueiras e, portanto, os seringais estão se expandindo no país. “Nos termos da Lei [de silvicultura], a maioria das FRPs é classificada como “floresta de produção de madeira” com “rendimento sustentado”. Isso pode ser interpretado como se uma floresta derrubada completamente e, em seguida, replantada com seringueiras fornecesse “rendimento sustentado”, justificando, assim, sua conversão em plantações”, diz o pesquisador florestal Lim Teck Wyn (11).

Engenharia de lucros: um plano de pesquisa em que todos têm a ganhar

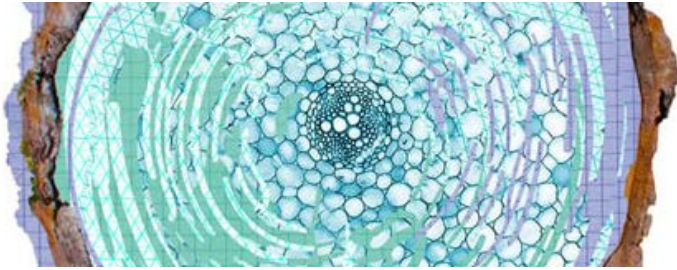
Grupos de pesquisa voltados a promover as árvores transgênicas geralmente alegam que, ao produzir árvores, eles vão “melhorá-las”. No entanto, o que eles realmente estão fazendo é melhorar os lucros das indústrias que mais se beneficiam com as árvores transgênicas. Isso significa que, ao alterar certos atributos genéticos das árvores para melhor servir aos interesses daqueles que financiam essa pesquisa – principalmente as grandes empresas de plantação de árvores – eles aumentam a rentabilidade dos negócios envolvidos. Uma árvore transgênica resistente a herbicidas, por exemplo, não está “melhorando” nada – na verdade, é o contrário. Essa árvore modificada permite ampla fumigação com herbicidas, o que irá danificar o solo, destruir a flora local, envenenar a fauna, poluir a água e causar graves impactos à saúde e aos meios de subsistência das populações locais. À medida que as florestas comunitárias são destruídas e as florestas, derrubadas, os territórios locais são confinados a áreas reduzidas, ameaçando sua soberania alimentar, seus meios de vida e suas culturas.

(1) Veja mais informações sobre as árvores transgênicas aqui:

<http://wrm.org.uy/pt/boletins/boletim-nro-206-setembro-2014/>

(2) Veja documento (em inglês) do WRM “GE Tree Research: A country by country overview”, http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2008/11/GE_Trees_Briefing_updated_2014.pdf

- (3) http://www.futuragene.com/en/press_24_02_2012/GM-TREE-PLANTATION-RESEARCH-FACT-SHEET.pdf
- (4) <http://www.economist.com/news/international/21613334-vast-tree-planting-arid-regions-failing-halt-deserts-march-great-green-wall>
- (5) <http://www.i-sis.org.uk/GMTGL.php>
- (6) Referência (4)
- (7) <http://www.mrepc.com/industry/industry.php>
- (8) Veja: Forest Peoples Programme report “Deforestation Drivers and Human Rights in Malaysia: a national overview and two sub-regional cases”,
<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/private/publication/2014/12/deforestation-drivers-and-human-rights-malaysia.pdf>.
- (9) <http://www.igm.gov.my/GreenMaterial/TheMalaysianNRIndustry.pdf>
- (10) <http://www.consumer.org.my/index.php/development/environment/829-gm-rubber-trees-in-malaysia-jumping-off-without-a-safety-net>
- (11) <http://says.com/my/news/there-is-an-unspoken-loop-hole-sacrificing-our-protected-forests-for-rubber-plantations>



As árvores transgênicas e a tecnologia Terminator

Muitas são as razões pelas quais é imprescindível se opor às árvores transgênicas: por seus impactos sobre as florestas, a biodiversidade, os territórios e os povos que os habitam. Uma delas é que a contaminação através do pólen transgênico dessas árvores é realmente incontrolável. Este argumento, que deveria servir para proibi-las, é usado por seus defensores para promover outro pesadelo: a chamada tecnologia Terminator, projetada originalmente para fazer “sementes suicidas”.

A contaminação com pólen de cultivos agrícolas transgênicos – que são plantados e colhidos a cada estação – já é um problema grave no planeta, e tem um amplo leque de consequências, que vão desde impactos biológicos e sobre os ecossistemas até problemas econômicos, sociais, culturais. Além disso, essa contaminação é ainda mais corrosiva quando se trata de cultivos em seus centros de origem e diversificação, como está acontecendo com o milho e o arroz.

Esse tipo de contaminação pode produzir, por exemplo, deformações nas plantas que rejeitam o material transgênico estranho à espécie, como aconteceu com o milho. Por outro lado, a contaminação transgênica, por ser feita com genes patenteados (1) motivou centenas de ações contra as vítimas, que são processadas pelas transnacionais por uso “indevido” de suas patentes. Esses são apenas alguns dos problemas que ela acarreta; há muito mais e a realidade mostrou de forma cabal que é impossível conter a contaminação transgênica.

Embora a semeadura comercial de cultivos transgênicos só seja permitida em 27 países do mundo, e 98% dela se concentrem em apenas dez países, foram encontrados em torno de 400 casos de contaminação transgênica em mais de 60 países (2). Isso mostra que a contaminação, seja pelo pólen disseminado pelo vento e os insetos, seja por outras vias de transporte e mercado, é condição inerente a todos os cultivos transgênicos, um fenômeno que excede amplamente as fronteiras e os limites dos campos onde eles são permitidos.

Se isso acontece com cultivos sazonais, colhidos a cada ano, imagine o que pode acontecer com o pólen de árvores transgênicas, que o emitem por décadas e que, além disso, pode chegar a muitos quilômetros de distância.

Em função de sua grande duração e das enormes distâncias que pode alcançar, não é possível prever os impactos da contaminação transgênica de árvores sobre as florestas e a biodiversidade, e sua interação com espécies cultivadas e naturais. Nem sequer existem métodos de análise que possam prever o dinamismo dos fatores em jogo e a contínua transformação natural – ou não natural – dos ecossistemas.

Essa deveria ser uma razão determinante para não permiti-los, já que se introduz intencionalmente na natureza uma bomba-relógio autorreplicante, impossível de rastrear em toda sua dispersão, e muito menos de deter.

“Terminator”: sementes sem futuro

Paradoxal e cnicamente, a gravidade desse tipo de contaminação transgênica, em lugar de gerar a proibição das árvores transgênicas, é um argumento usado por seus promotores no Brasil para pressionar pela legalização de outra perigosa tecnologia. A chamada tecnologia Terminator, que cria plantas suicidas, com sementes que, após crescer e dar frutos, tornam-se estéreis.

Essa tecnologia transgênica – que, na ONU, se conhece como tecnologia de restrição genética de uso (GURT, na sigla em inglês) – foi projetada originalmente pelo Departamento (ministério) de Agricultura de Estados Unidos (USDA) e a empresa Delta & Pine, de propriedade da corporação Monsanto, para impedir que os agricultores voltassem a semear com suas próprias sementes.

A Terminator é o “sonho” de todas as transnacionais do agronegócio, porque significa que os agricultores teriam necessariamente que voltar a comprar sementes a cada ano. Em muitos casos, os que atualmente usam híbridos já os compram a cada estação, mas muitos outros agricultores familiares e camponeses usam sementes híbridas, mas as cruzam com suas próprias sementes e fazem novas variedades. Com a Terminator, as opções não existirão: eles terão que comprá-las a cada ano, tornando-se totalmente dependentes das empresas.

Por isso, não só a Monsanto, mas também a Syngenta e outras empresas que controlam os agrotóxicos em nível global, têm patentes sobre essa tecnologia da morte. Contudo, elas ainda não puderam aplicá-la. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU estabeleceu, em 2000, uma moratória internacional contra a experimentação, a sementeira e a liberação da tecnologia Terminator, pelos impactos potenciais sobre a biodiversidade e a segurança alimentar.

O Brasil transformou a moratória da ONU em lei nacional e, atualmente, o uso dessa tecnologia está proibido por sua lei de biossegurança. Mas, sendo o Brasil o segundo produtor mundial de transgênicos e um país onde as empresas transnacionais do agronegócio pressionam de muitas maneiras para obter benefícios e liberar tecnologias, sementes e insumos proibidos em outros países, há anos existe uma campanha para reverter essa proibição contra a Terminator. A atual ministra da agricultura, Kátia Abreu, conhecida defensora de latifundiários e empresas do agronegócio, foi quem, sendo deputada, apresentou o primeiro projeto de lei para legalizar essa tecnologia no país.

Se permitisse a tecnologia Terminator, o Brasil violaria, na prática, a moratória internacional da ONU, o que teria um impacto negativo muito forte sobre outros países cujos governos veriam nisso um exemplo a seguir. Seria desencadeado um efeito dominó que abriria a caixa de Pandora da liberação de plantas e tecnologias nocivas. Algo semelhante ocorreria caso se permitisse a liberação comercial de eucaliptos transgênicos – a primeira na América Latina – que está em discussão na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Brasil (CNTBio).

A tecnologia Terminator é uma reação genética em cadeia que é ativada por um indutor químico – mas também pode ser desencadeada por fatores de estresse ambiental. É uma tecnologia complexa e não provada. Há estudos científicos apresentados à CDB que mostram que, em uma porção significativa de plantas, os genes inseridos não funcionarão ou serão “silenciados”, o que significa que a contaminação ocorrerá de qualquer maneira. Pior ainda, esses genes “silenciados” podem estar contaminando outras plantas, e a ação de esterilidade pode não se desencadear até ser ativada por um fator externo, químico ou ambiental. Portanto, os impactos se multiplicam porque se produz esterilidade e/ou porque se transmitem genes “silenciados” que podem ser ativados mais tarde.

Portanto, em que pese a propaganda industrial, a Terminator não resolverá o problema da contaminação transgênica em cultivos, árvores ou qualquer outro organismo. Pelo contrário, em função de seus múltiplos e incontroláveis impactos, as árvores transgênicas e a Terminator são duas propostas cujo único objetivo é incrementar os lucros das empresas, em detrimento das populações locais e da biodiversidade, com altos impactos sociais, econômicos e ambientais, e que, portanto, devem ser proibidas.

Em março de 2015, a ação de protesto de centenas de mulheres do MST e da Via Campesina, bem como campanhas internacionais (3), conseguiu deter a aprovação da primeira sementeira comercial de árvores transgênicas para produção de madeira na América Latina. Precisamos continuar e aumentar a resistência, com a solidariedade de todas as partes do mundo.

Mais informações sobre árvores transgênicas: wrm.org.uy e stopgetrees.org
Mais informações sobre a tecnologia Terminator: www.etcgroup.org

Silvia Ribeiro, silvia@etcgroup.org
Grupo ETC, www.etcgroup.org/es

(1) as patentes sobre genes e construções genéticas – solicitadas em sua vasta maioria por empresas biotecnológicas e agroquímicas – concedem direitos exclusivos de propriedade industrial sobre os genes usados para fazer organismos transgênicos. Dez multinacionais controlam 76% do mercado mundial de sementes. A maioria dos recursos genéticos conhecidos procedentes dos países do Sul já se encontra nos bancos genéticos e em jardins botânicos dos países do Norte.

(2) GeneWatch e Greenpeace, 2014, <http://www.gmcontaminationregister.org/>

(3) Ver, stopgetrees.org



“Os transgênicos não são bem vindos”:

Entrevista com André HI Dallagnol de a organização brasileira Terra de Direitos

Futuragene, empresa da Suzano Papel e Celulose, um dos maiores produtores de celulose e papel do Brasil, solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do país liberar as plantações comerciais de um certo tipo de eucalipto geneticamente modificado (GM) chamado “Evento H421”. No entanto, a 05 de março, quando a reunião da CTNBio sobre o pedido da Futuragene estava perto de começar, próxima de 1000 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tomou o viveiro do Futuragene em São Paulo, onde a variedade de eucalipto transgênica está sendo testado. Enquanto isso, outros 300 camponeses organizados pela Via Campesina interromperam a reunião que teve lugar na CTNBio em Brasília. A reunião foi adiada para 09 de abril e nenhuma decisão sobre o eucalipto GM foi tomada.

Tendo sido presente durante as ações na reunião da CTNBio, você poderia nos dizer como se viveu esse momento de resistência?

Na minha avaliação esse foi um momento histórico, pois é quando representantes da sociedade civil dizem aos cientistas, e às empresas que estavam presentes, que os transgênicos não são bem vindos, e que não é mais tolerado o discurso meramente técnico e que não leva em consideração os impactos socioeconômicos dessas tecnologias na sociedade, como é o caso dos impactos para a apicultura, no caso do Eucalipto.

Por que você acredita que os movimentos camponeses brasileiros vejam tanta importância na necessidade de impedir a liberação de eucalipto GM?

Penso que essa é uma reação natural às constantes aprovações comerciais de Organismos Geneticamente Modificados, com critérios cada vez mais desapegados dos riscos dessas tecnologias. Para se ter uma ideia, naquele mesmo dia, mais cedo, foram aprovadas duas variedades de Milho e Soja tolerantes ao 2,4-D (componente do agente laranja, sabidamente uma arma química), e outro transgênico, chamado stacked, que combina duas alterações genéticas diferentes dentro da mesma semente.

Além disso, o próprio eucalipto, que é uma espécie exótica no Brasil tem se apresentado como um grande inimigo dos Camponeses e dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, justamente pelos impactos que já são causados pelas variedades não modificadas geneticamente e que são potencializados na variedade transgênica, especialmente as relacionadas ao consumo de água (há relatos de esgotamento dos recursos hídricos para comunidades inteiras onde há intensos monocultivos de eucaliptos, lugares que passam a ser chamados de desertos verdes), além da necessidade de uso intenso da pulverização aérea de agrotóxicos que se espalham por longas distâncias atingindo, novamente, as comunidades vizinhas.

Quais são os principais argumentos usados por Futuragene (Suzano) para promover o lançamento das árvores transgênicas? e Por que você acha que Futuragene apresentou o seu pedido no Brasil?

O principal argumento é a redução, em 20%, do intervalo entre o plantio e o corte, o que representaria teoricamente uma maior produtividade em um menor espaço físico, ou seja, trata-se de um argumento puramente econômico.

Há ilações no sentido de que essa nova espécie seria mais "ecologicamente correta" que as tradicionais, mas isso é falácia, porque é justamente nos cinco primeiros anos de vida da planta que ela mais consome água, ou seja, na prática os últimos dois anos de vida da árvore contribuiria como uma espécie de pouso do solo.

Trata-se de uma tecnologia experimental sobre a qual não se tem certeza a respeito de sua segurança, e, assim como aconteceu com a aprovação do primeiro mosquito geneticamente modificado, percebe-se uma tendência de se procurar países menos rígidos em relação aos padrões de segurança.

Diante das brechas possibilitadas pela Lei de Biossegurança nacional e da cegueira proposital da maioria dos cientistas que compõem a CTNBio, o País vem sendo visto como uma ótima cobaia para aprovações comerciais desse nível.

Se a CTNBio aprovou a aplicação da FuturaGene (Suzano), estaria a Comissão indo contra a lei brasileira ou acordos internacionais?

A legislação brasileira admite algumas brechas importantes para as aprovações comerciais, tais como a avaliação dos impactos socioeconômicos somente em uma espécie de "segunda instância" da CTNBio, o CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança), que em toda a existência da CTNBio se reuniu apenas duas vezes. Assim é possível a aprovação comercial mesmo sem qualquer avaliação de impactos socioeconômicos. Além disso, pela Lei nacional, a CTNBio acabou usurpando uma competência que era dos órgãos ambientais, no sentido de dispensar estudos de impactos ambientais.

Como se tudo isso não bastasse, quem produz os estudos são sempre as empresas e estudos independentes sempre são desconsiderados pela maioria dos cientistas que compõem o órgão.

Existe, atualmente, uma moratória relativa internacional relacionada à liberação de árvores transgênicas. Digo relativa porque ela condiciona a apreciação de liberações comerciais à elaboração de estudos, que foram realizados, apesar de serem conduzidos pela própria interessada na liberação e de não conter elementos relacionados aos riscos à saúde humana, animal, ao meio ambiente e impactos socioeconômicos.

Haveria opções legais para resistir isto? Será que é possível dentro do sistema brasileiro barrar a liberação comercial?

Entendemos que é possível recorrer às esferas judiciais para tentar barrar a liberação comercial de mais esse OGM, porém existe um grande receio por parte dos juízes quando se trata de assuntos científicos. Eles não se sentem capacitados tecnicamente para se 'intrometer' nas decisões dos cientistas, muitas vezes ignorando o fato de a ciência não ser imparcial e estar aliada a interesses econômicos, como é o caso em tela.

A linha a ser percorrida judicialmente, em regra, deve ser relacionada a aspectos formais do processo de liberação comercial, ou seja, algum descumprimento expresso da legislação nacional e/ou internacional.

Quais são as empresas ou grupos empresariais que você acredita que estão fazendo atividades de lobby com o CTNBio para aprovar as árvores geneticamente modificadas? Você sabe de outra(s) empresa(s) que já solicitaram à aprovação da CTNBio para a liberação comercial de variedades transgênicas de árvores?

Penso que esse é um projeto que não interessa somente à uma empresa, como é o caso da Futuragene, e que esse é um processo para "abrir as portas" à uma nova série de árvores GMs. Não tenho conhecimento de outros pedidos de liberação comercial.

Quais são os principais riscos que seriam gerados se Futuragene fora para liberar árvores GM no Brasil? Quais são os principais impactos potenciais denunciados pelos movimentos sociais?

Para além de se abrir um precedente histórico a nível mundial, com a aprovação de árvores transgênicas, importa afirmar que há denúncias de pesquisadores relacionadas à possibilidade de contaminação genética de outros eucaliptos, e, a mais alarmante de todas, na produção de mel.

Essa árvore tem um papel importante na produção de mel como uma das principais fontes de pólen para as abelhas e não há estudos conclusivos em relação aos malefícios para a saúde tanto das abelhas quanto dos consumidores expostos ao mel contaminado pelo pólen transgênico do eucalipto.

As variedades naturais de eucalipto, são conhecidas por arruinarem o solo, acabando com as reservas de água e afastando a fauna da região, além disso é possível que existam impactos relacionados à elevação do consumo de água, e estamos falando disso em meio a uma crise hídrica sem precedentes em várias cidades no Brasil, além dos riscos relacionados à intensificação do uso de agrotóxicos.

Quais são as expectativas que é possível ter em relação à próxima reunião a ser realizada em 09 de abril?

Ainda não é possível mensurar as expectativas, o que se sabe é que certamente a segurança estará mais reforçada e a participação social tende a ser ainda mais limitada do que na reunião anterior.

Os movimentos sociais deram o recado de que não irão tolerar mais transgênicos e há possibilidade de que mecanismos judiciais sejam acionados para evitar mais essa aprovação comercial.

André HI Dallagnol andrehld@terradedireitos.org.br
Assessor Jurídico, Terra de Direitos, Brasil



A Stora Enso e as árvores transgênicas: intensificando a destruição de florestas e povos

A gigante finlandês-sueca da indústria florestal, Stora Enso, uma das maiores indústrias de celulose e papel do mundo, também está ávida por avançar na pesquisa sobre árvores geneticamente modificadas (GM). Sua enorme área de plantações industriais na América Latina e na Ásia já resultou em graves violações ambientais e de direitos humanos (1). Não obstante, um questionário divulgado em 2014 pelo Forest Dialogue revela que a empresa busca intensificar sua produção ainda mais, muito provavelmente usando árvores transgênicas (2).

A expansão de milhões de hectares de plantações de árvores é o que move o negócio da Stora Enso. A empresa está construindo, na China, uma nova fábrica de celulose e outra de papelão, que serão abastecidas por seus aproximadamente 90 mil hectares de plantações. Além disso, ela também tem operações na Índia, na Coreia, no Laos e no Paquistão. No Uruguai, a papelreira Montes de Plata, de propriedade da Stora Enso e da chilena Arauco, é abastecida por cerca de 190 mil hectares de plantações. No Brasil, a Stora Enso, junto com a brasileira Fibria, é dona da Veracel Celulose, que conta com 211 mil hectares de terras, dos quais 90 mil estão cobertos com eucaliptos. Também é dona de 43 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul, cuja metade, aproximadamente, está plantada com eucaliptos (3). Segundo o questionário do Forest Dialogue, a empresa pretende fazer testes de campo com árvores transgênicas não Brasil.

Com o objetivo de continuar desenvolvendo novos produtos e serviços com base em madeira (4), a Stora Enso está em busca de tecnologias para intensificar sua produção. Apesar de ainda não contar com plantações conhecidas de árvores transgênicas, a empresa tem claras intenções de seguir esse caminho, ignorando os perigosos riscos ambientais e sociais.

No questionário do Forest Dialogue, o gigante florestal reconhece que as árvores transgênicas podem se propagar como qualquer outra espécie que tenha sido “melhorada” em seus programas de cultivo de eucalipto ou de seus híbridos. Acrescentando que não vê “nenhuma diferença entre as possíveis árvores transgênicas e outros clones que surjam de seus programas de cultivo”. Isso mostra como a empresa se recusa a aceitar os riscos implícitos na propagação de árvores transgênicas, ou seja, de árvores que implicam o risco de contaminação genética de habitats, afetando seriamente a biodiversidade, que aceleram a secagem de mananciais e poços em função de seu maior consumo de água, devido ao aumento de sua taxa de crescimento, que expõem as populações locais a perigosos produtos químicos, bem como a efeitos prejudiciais por inalar a toxina Bt que produz proteínas mortais para os insetos, entre outros (6).

A Stora Enso afirma, inclusive, que não vê “nenhum impacto social, positivo ou negativo, que possa ser atribuído à tecnologia de engenharia genética em si”. E continua dizendo: “do ponto de vista social, consideramos que as árvores geneticamente modificadas são iguais a outras plantações que surgem do programa de cultivo”. Nenhum impacto social?

As plantações industriais, com árvores transgênicas ou não, ocupam imensas quantidades de florestas e terras, contaminam solos e cursos d’água e agravam direta ou indiretamente a expulsão de mais comunidades de seus territórios, destruindo os meios de vida e a soberania alimentar locais. Ao afirmar que não há “nenhum impacto social”, a empresa também ignora denúncias como a que foi apresentada em 2013 ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, por violações aos direitos humanos em suas plantações de eucalipto e em sua fábrica de papelão prevista na China (7).

Intensificar o uso de terras, para quê?

Um dos principais argumentos da Stora Enso para avançar com a pesquisa em árvores transgênicas é o de querer intensificar sua produção, já que, segundo a empresa, “a intensificação da produção de alimentos, fibra e combustíveis é necessária para atender às necessidades da crescente população mundial”. Para ilustrar, a empresa inclui no questionário o link para um vídeo sobre suas plantações no estado da Bahia, no Brasil, como exemplo de “onde a produção intensiva de madeira, com as plantações de árvores, estabilizou o uso da terra e permitiu a restauração de florestas nativas”.

O vídeo chamado “A Stora Enso está salvando a floresta tropical” (8) conta que a implementação das plantações de eucalipto, junto com a recuperação de uma parte de suas terras, aumentou a biodiversidade. O que o vídeo não diz é que a Veracel, desde seus primeiros anos de funcionamento, causou grande desmatamento com tratores e retroescavadeiras. Tanto é que, em 17 de junho de 2008, na decisão histórica de um tribunal federal, a empresa foi obrigada a restaurar, com vegetação nativa, todas as suas áreas incluídas nas licenças de plantação de eucaliptos que foram emitidas entre 1993 e 1996, bem como pagar uma multa de mais de 12 milhões de dólares (9). Mas os eucaliptos seguem se expandindo, ao mesmo tempo em que continuam as denúncias contra a Veracel por parte das comunidades locais, agrupadas no Fórum Socioambiental do Extremo Sul da Bahia e na Rede Alerta contra o Deserto Verde, ao ocupar territórios habitados e devastar florestas nativas (10).

“A cada ano, nós plantamos 400 hectares de floresta”, afirma no vídeo Eliane Anjos, administradora de sustentabilidade da Veracel, dizendo, também, que a empresa ensinou as populações locais a se relacionar com a floresta e manejar as sementes nativas. Além de ser necessário avisar à Sra. Eliane que a área de população de monocultura de eucalipto é muito maior que isso – pelo menos 10 mil hectares por ano – e que plantações não são florestas essas plantações da Veracel também estão se aproximando dos territórios tradicionalmente ocupados pelo povo

indígena Pataxó, que denuncia uma ocupação de aproximadamente 30 mil hectares (11). Como se pode afirmar que uma empresa com tão graves impactos negativos sobre as florestas nativas e as populações locais “está salvando a floresta tropical”? A empresa não deveria escutar e aprender com as populações locais o que realmente significa uma floresta e a biodiversidade que ela implica?

“Intensificar o uso de terras”, ou seja, a ideia de obter mais madeira por hectare, pareceria um argumento convincente para aliviar a pressão sobre as florestas. Mas então, por que, apesar de a produção de madeira já ter se intensificado nas últimas décadas em países como Brasil, as plantações de monocultivo continuaram avançando exponencialmente?

A crescente expansão de plantações industriais anda de mãos dadas com a demanda cada vez maior por produtos à base de madeira, sobretudo proveniente de países do Norte, seja para celulose e papel, fibra, combustíveis, “reservas” de carbono, seja para outros tantos fins. Ao se aumentar a demanda por madeira, também se aumenta a pressão sobre florestas e territórios. Portanto, as modificações genéticas de árvores, que lhes permitem crescer mais rápido, resistir a produtos químicos e a insetos, e tolerar o congelamento, aumentarão os lucros das empresas e, por sua vez, a extensão das plantações. A liberação comercial de árvores transgênicas ocasionaria a perda de biodiversidade e de água doce, a desertificação de solos, e graves impactos sobre saúde humana, tudo o que, direta ou indiretamente, provoca a degradação e o colapso de florestas e campos nativos.

(1) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-campanha-de-propaganda-da-stora-enso-no-laos/>

(2) <http://theforestsdialogue.org/publication/company-responses-questionnaire-development-genetically-modified-trees>

(3) <http://www.storaenso.com/About-Site/Pages/Stora-Enso-in-brief.aspx>

(4) Referência 3

(5)

http://assets.storaenso.com/se/com/DownloadCenterDocuments/Policies_Wood_and_Fibre_Sourcing_and_Land_Management_2012_english.pdf

(6) Veja mais informação em:

http://wrm.org.uy/pt/files/2004/12/Arvores_geneticamente_modificadas.pdf

(7) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/onqs-apresentaram-denuncia-a-onu-contra-a-violacao-dos-direitos-humanos-pela-stora-enso-na-china/>

(8) http://www.youtube.com/watch?v=iwrV_vQ46Q0&list=FL3WUNpTDWw42Yms2lemkaNA&index=3

(9) <http://www.wrm.org.uy/oldsite/boletim/132/opiniao.html>

(10) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/brasil-ocupacion-de-plantaciones-forestales-de-veracel-en-reclamo-de-reforma-agraria/>

(11) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/brasil-las-plantaciones-de-veracel-la-usurpacion-certificada/>



Árvores transgênicas no Chile: a urgência de modificar o DNA na política, e não na vida vegetal

A transgenia florestal no Chile está rodeada de mistério, sigilo e lobbies corporativos. Enquanto os órgãos do Estado negam que haja liberação de árvores transgênicas no meio ambiente, laboratórios, universidades e empresas dedicadas à biotecnologia florestal se disseminam pelo país, com a ajuda de recursos públicos. Esquizofrenia, súbito interesse científico ou irresponsabilidade política condenável?

Em setembro de 2014, a equipe do Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais – OLCA, realizou uma solicitação detalhada de informações ao Serviço de Agricultura e Pecuária (SAG), para que este órgão estatal fornecesse dados sobre a existência de cultivos florestais transgênicos, sua localização, seus proprietários e suas dimensões. O órgão respondeu que, desde 2000, existe uma “Norma para a entrada no país e a introdução no meio ambiente de organismos vegetais vivos modificados”, a qual só permite a entrada das espécies no país, mas não a sua liberação no meio ambiente. Portanto, o SAG informou que não podia autorizar plantações em campo aberto, de forma que não dispunha de antecedentes sobre o tema. Não obstante, informou que tinha registro de autorizações para experimentos e havia concedido duas antes do ano 2000 – uma em 1996, que incluía a entrada de 240 plântulas transgênicas resistentes ao glifosato para experimentação em Los Angeles, sul do Chile, em nome da “Forestal y Agrícola Monte Aguila”, subsidiária da gigante florestal chilena CMPC, e outra em 2000, concedida à “Fundação Chile”, uma corporação que tem como sócios o governo chileno e a mineradora anglo-australiana BHP Billiton, para *Pinus radiata* com resistência à praga torcedoura, com plântulas importadas da Nova Zelândia.

Como consequência, em função do vazio normativo e de acesso à informação, surge a preocupação sobre o destino dessas árvores que deveriam ter sido destruídas assim que terminou a pesquisa, pois, embora a experimentação com árvores transgênicas tenha sido autorizada, não foram emitidas autorizações para sua liberação no meio ambiente. Portanto, nessa questão, não há fiscalizações e informações que deem conta de um controle efetivo sobre quem está fazendo os experimentos.

Chama a atenção que não haja mais dados sobre a entrada, sendo evidente que a biotecnologia florestal é um tema candente. Assim, descobrimos uma rede bem articulada entre as principais empresas transgênicas, os grandes grupos florestais e as universidades, que permitiam não configurar a entrada no país, evitando, entre outras coisas, o registro, e sim produzir diretamente suas próprias sementes. Com base em uma investigação de biotecnologia no Chile orientada à produção de transgênicos (1), o departamento de genética Molecular e Microbiologia da Universidade Católica do Chile deu origem aos primeiros embriões de pinus transgênicos por meio da bactéria *Agrobacterium tumefaciens*, que tem a propriedade de transmitir o DNA de uma planta a outra – faculdade intensamente estudada em biotecnologia ultimamente – o segundo experimento no mundo, depois da Nova Zelândia. Além disso, a Universidade Austral do Chile, junto à Fundação Chile, trabalha há anos com pinus transgênicos resistentes à torcedoura. Ademais, a Universidade da Fronteira, junto à empresa Vitrogen, está desenvolvendo árvores de eucalipto transgênico tolerantes às geadas e ao fungo desfolhante.

A Fundação Chile criou empresas relacionadas à experimentação com árvores transgênicas: Genfor, Neosylva, Genômica Forestal e Biogenetic. A Genfor trabalha com “abastecimento de material genético florestal da melhor qualidade” e seu chefe de operações agora trabalha na transnacional do agronegócio Syngenta. A Neosylva tem licença para comercializar árvores de *Pinus radiata* para as empresas florestais Arauco e Mininco, e tem, além disso, o respaldo da Cooperativa de Melhoramento Genético da Nova Zelândia. Seu viveiro está localizado em Villa Santa Fe, em Los Angeles, e seu laboratório de cultivo de tecidos, análise molecular e estufas, em Valdivia.

A Genômica Forestal é formada pelas empresas florestais Mininco e Arauco, a Universidade de Concepción, a CEFOR (empresa da Universidade Austral) e a Fundação Chile. Em 2012, o consórcio recebeu o Fundo Innova BioBio, da CORFO, (verbas estatais para pesquisa) e está montando uma área de negócios para os produtos que desenvolve na área biotecnológica, segundo informação oficial da própria CORFO.

E, como relata Lucia Sepúlveda, porta-voz da Rede “Eu não quero Transgênicos no Chile”, a partir de 2000, diversos projetos de transgenia florestal foram incentivados com fundos estatais. Entre eles, encontram-se os experimentos com eucaliptos com propriedades inseticidas, tolerantes a ataques de fungos desfolhantes (desenvolvidos entre 2002 e 2005 pela Universidade da Fronteira), e os experimentos com eucaliptos tolerantes ao frio (desenvolvidos entre 2004 e 2007 pela Universidade de Concepción e a Universidade Andrés Bello, para a Celulosa Arauco). Mas, quando perguntamos sobre os resultados desses projetos, o SAG informou que, não havendo liberação de plântulas e com os experimentos tendo sido realizados em recintos confinados, segundo declaram as empresas, os eventos ficaram fora de qualquer fiscalização.

Ou seja, o Estado não fiscaliza e, pelo contrário, financia a experimentação que pretende viabilizar essa atividade no país, ao impulsionar um modelo florestal cada vez mais questionado pelos impactos socioambientais que pressupõe, o qual inclui a transgenia, rechaçada massivamente pela cidadania. A cada dia, há mais redes e organizações que se opõem e resistem a esse tipo de iniciativas, fazendo campanhas informativas, levantando informações técnico-científicas, denunciando, manifestando sua opinião às autoridades, exigindo sua proibição nas ruas e, também, pelo simples e sábio ato de se reunir periodicamente para trocar sementes que façam perdurar a herança milenar sobre os territórios.

Na verdade, as regiões onde o monocultivo florestal se expandiu com mais intensidade, fundamentalmente em territórios arrebatados ao povo indígena mapuche, exibem os índices de pobreza mais altos do país. Além disso, a crise hídrica que as plantações geraram na zona centro-sul do país não tem precedentes na história nacional, e todos os indicadores dão conta de uma desertificação e uma vulnerabilidade ecossistêmica alarmantes. Uma clara demonstração disso são os megaincêndios que se repetem a cada verão, há pelo menos uma década, resultado das características combustíveis do pinus e do eucalipto, e da perda de umidade e força dos solos.

Como se não bastasse, as empresas transgênicas obedecem a interesses transnacionais. Dos três milhões de hectares de monocultivos de árvores plantados no país, 70% estão em mãos dos conglomerados empresariais CMPC (da família Matte) e Arauco (da família Angelini). Dois dos principais grupos econômicos do Chile que estão se expandindo aceleradamente ao Peru, à Argentina, ao Brasil e ao Uruguai. Ou seja, a questão é clara. Em que pese o sigilo, estão sendo feitos experimentos com os bens comuns, para total benefício privado.

Equipe do Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais, OLCA

<http://www.olca.cl/>

(1) Pesquisa de biotecnologia no Chile, voltada à produção de transgênicos, Maria Isabel Manzur. Junho de 2003.



Plano de Ação para a Silvicultura Tropical +30: a FAO e o Banco Mundial estão no centro de mais falsas soluções para a crise florestal: REDD e Agricultura Climaticamente Inteligente

Há 30 anos, durante o Congresso Florestal Mundial da FAO, no México, em junho de 1985, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP, na sigla em inglês) foi adotado como novo marco internacional para a ação relacionada a florestas (1). Em novembro do mesmo ano, representantes de agências doadoras bilaterais e multilaterais, apoiados por algumas ONGs internacionais, também aceitaram o TFAP (mais tarde rebatizado de Programa de Ação para Florestas Tropicais) como marco para suas atividades e seus financiamentos bilaterais e multilaterais relacionados a florestas tropicais.

Projetos-piloto e de demonstração nacionais, bem como programas de investimento elaborados com o apoio do Banco Mundial, constituíram importantes atividades que abriram caminho para a adoção do TFAP. Durante dez anos, mais de cem países iniciaram processos no âmbito do plano, orientados pela FAO, em parceria com o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Recursos Mundiais (WRI). Ministérios de países do Sul global elaboraram planos nacionais sobre “manejo florestal sustentável”, estratégias de investimento e listas de atividades a ser desenvolvidas para enfrentar a crise do desmatamento. Todas essas atividades estavam relacionadas a cinco áreas que o TFAP tinha identificado como “críticas” – e todas as cinco estavam relacionadas à promoção do perfil neoliberal das instituições de Estado e a um uso segregado da terra tendo, de um lado, a silvicultura e a agricultura industriais intensivas e as indústrias de exportação e processamento relacionadas a elas, e, de outro, a conservação rigorosa das florestas tropicais em

áreas protegidas, que privava as comunidades locais do acesso à floresta. (2) Embora a crise florestal tenha continuado e o desmatamento, aumentado muito, a maioria das iniciativas do TFAP já tinha desmoronado em 1995 – ainda que muitos dos impactos negativos das atividades por elas promovidas sobre as comunidades florestais tenham permanecido por muito mais tempo.

Hoje, 30 anos mais tarde, o financiamento do Banco Mundial e da FAO (bem como de seus parceiros no TFAP, o PNUD e o WRI, e um punhado de financiadores de países industrializados) está novamente promovendo iniciativas-piloto e de demonstração, bem como políticas nacionais e regimes de investimento, em muitos países com florestas tropicais no Sul global. Mais uma vez, o objetivo declarado é enfrentar a crise do desmatamento. O objetivo de “desenvolvimento” do TFAP foi substituído pelo objetivo das iniciativas promovidas pelo Banco Mundial e a FAO, agora para enfrentar a crise climática através da redução das emissões causadas quando as florestas são destruídas. E, novamente, as iniciativas – desta vez sob o guarda-chuva do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), do REDD de paisagem e da agricultura climaticamente inteligente – estão fadadas a fracassar no enfrentamento da crise florestal e climática porque, assim como o TFAP, sua análise das causas fundamentais é falha (3). O TFAP, há 30 anos, e o REDD e a agricultura climaticamente inteligente, agora, identificam equivocadamente o problema na pequena agricultura camponesa, e a solução, no setor da silvicultura industrial e do agronegócio.

Os números substituem o debate político

Se há 30 anos o TFAP promovia e pagava por programas florestais nacionais como instrumentos de política que poderiam ajudar a resolver o problema, desta vez, o Banco Mundial, a FAO e os doadores bilaterais estão pressionando para que as florestas e paisagens agrícolas caibam nos balancetes dos contabilistas. Desde 2005, houve um grande crescimento do financiamento de inventários de carbono florestal (contabilidades sobre a quantidade de carbono armazenado em árvores e solos em uma determinada área), do mapeamento do carbono florestal (mostrando onde estão as florestas com lotes de carbono armazenados nas árvores, por meio, em grande parte, de tecnologias por satélite), das avaliações de carbono florestal e dos planos de investimento baseados em pagamentos experimentais por carbono “com base em desempenho” (pagamentos que dependem dos resultados de um determinado projeto de carbono). E a FAO, o Banco Mundial e os mesmos doadores bilaterais que, há 30 anos, financiavam a maioria das atividades do TFAP, agora financiam essas avaliações de carbono e essas atividades de mapeamento e metodologia.

Nas discussões sobre REDD e agricultura climaticamente inteligente, as avaliações e o mapeamento de carbono costumam ser apresentadas como exercícios técnicos, mas são fundamentalmente políticas: esses exercícios de contabilidade e mapeamento são elementos essenciais para construir a narrativa sobre onde está o problema e quais soluções são propostas para a crise das florestas e do clima. Os exercícios de contabilidade como parte de projetos-modelo de REDD, que se concentram em mudar a agricultura itinerante para formas mais sedentárias de agricultura e projetos-piloto de agricultura climaticamente inteligente, enfatizando a necessidade de aumentos de rendimento na agricultura camponesa, produzem “números objetivos” que, em seguida, ajudam a apresentar a falsa imagem de que o problema está na agricultura camponesa e na agricultura itinerante dos povos da floresta (4).

Outro exemplo de como a contabilidade do carbono é usada para fabricar uma determinada interpretação do problema e marginalizar as outras é a página da FAO na internet, “Agricultura Climaticamente Inteligente para o desenvolvimento” (5). A página lista cinco iniciativas cujo foco está nas avaliações de carbono em florestas e agricultura como componente principal ou as incluem. O Programa Mitigação das Mudanças Climáticas na Agricultura (MICCA) inclui, em suas áreas de trabalho, “Monitoramento e avaliação das emissões de gases do efeito estufa; Mitigação potencial na agricultura; Projetos-piloto: Colocando em prática a agricultura climaticamente inteligente” (6). O Programa UN-REDD (7), guiado por FAO, PNUD e o Programa Ambiental das Nações Unidas, e que colabora com o MICCA, abre sua página com os títulos “Medição, Relatórios e Verificação”. Além disso, dois programas apoiados pela União Europeia, a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (SIDA) e o Programa MICCA buscam aperfeiçoar ainda mais a contabilidade do carbono: a Ferramenta de Balanço de Carbono Ex-Ante (EX-ACT), sistema de contabilidade baseado na terra, desenvolvida pela FAO, que estima as mudanças no armazenamento de carbono em florestas e terras agrícolas, e o Programa de Inovações em Economia e Políticas para a Agricultura Climaticamente Inteligente (EPIC), cujo “objetivo maior” é “apoiar países em desenvolvimento e em transição para que formulem propostas de investimento agrícola com vistas a aumentar a resistência às mudanças climáticas e promover a agricultura climaticamente inteligente”. (8) São muitos nomes para mais ou menos a mesma coisa: fazer com que as florestas caibam em um regime de contabilidade de carbono!

Nem uma palavra, em qualquer uma das cinco páginas introdutórias a essas iniciativas, sobre o fato de que a agricultura industrial, o modelo agrícola sutilmente promovido por meio delas, é uma das principais causas de desmatamento, e é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa no setor de agricultura e silvicultura. Em vez disso, imagens e figuras “objetivas” destiladas a partir de cálculos sobre o carbono são e serão usadas para reforçar os mitos de que a agricultura camponesa e a agricultura itinerante são as principais causas do desmatamento.

O livreto “Histórias de sucesso da FAO sobre a agricultura climaticamente inteligente” é mais um exemplo do papel da FAO em enquadrar o desmatamento de forma a responsabilizar a agricultura camponesa e a agricultura itinerante pela perda de florestas e promover o agronegócio industrial e a monocultura como soluções. O livreto inclui 11 exemplos de agricultura climaticamente inteligente, todos de países do Sul global (China, Tanzânia, Peru, Malauí, Vietnam, Zâmbia, Índia, Nigéria, Nicarágua etc.).

A agroecologia também está estranhamente ausente da lista, enquanto vários exemplos são vinculados ao financiamento pelos mercados de carbono. Estes incluem projetos-piloto em Malauí ou Zâmbia, países com algumas das mais baixas taxas de emissão de gases de efeito estufa do mundo. No entanto, a proposta “climaticamente inteligente” da FAO é que eles financiem seus projetos para se adaptar a uma crise climática global causada pelo uso excessivo de combustíveis fósseis nos países industrializados, através de um mercado de carbono que se baseia na redução, por países como Malauí e Zâmbia, de suas já baixas emissões de gases de efeito estufa, para que os países industrializados possam continuar queimando petróleo, carvão e gás.

“Transformar os campos dos nossos agricultores em sumidouros de carbono – cujos direitos podem ser vendidos no mercado de carbono – só vai nos afastar ainda mais do que vemos como a solução real: a soberania alimentar. O carbono em nossas propriedades rurais não está à venda!”, escreveu a Via Campesina, uma organização camponesa mundial, quando governos e lobistas corporativos se reuniram em Varsóvia, na Polônia, para a conferência anual da ONU sobre mudança climática em 2013. Eles apontaram que a FAO e o Banco Mundial deixam regularmente de destacar, em sua apresentação do “problema do desmatamento” que: embora a agricultura seja um dos principais fatores que contribuem para as alterações climáticas e a perda de florestas, nem todo mundo que faz colheitas compartilha a mesma responsabilidade pelas emissões ou a destruição das florestas. A principal fonte de emissões de gases de efeito estufa e de desmatamento é o sistema alimentar industrial – com o seu

uso pesado de insumos químicos, a erosão do solo e o desmatamento que acompanha a agricultura de monoculturas, e a ênfase na produção para mercados de exportação – e não a agricultura itinerante e a agricultura camponesa (ver [Boletim 204 do WRM](#), de agosto de 2014). Por outro lado, a agricultura camponesa e a agroecologia, com foco na soberania alimentar, já estão provando que é possível produzir alimentos para “alimentar o mundo” e fazê-lo de modo a produzir muito menos emissões do que o modelo industrial de produção agrícola para mercados de exportação.

Assim como o TFAP nada fez para parar as causas do desmatamento, está ficando cada vez mais evidente que o REDD e a agricultura climaticamente inteligente não foram feitos para combater as causas da perda florestal ou das alterações climáticas. Em vez disso, vão ajudar a abrir caminho para que a agricultura industrial e a produção de alimentos para exportação se expandam ainda mais, enquanto os países industrializados recebem créditos de carbono que lhes permitem continuar queimando petróleo, carvão e gás e, ao mesmo tempo, fingir que estão reduzindo emissões. Ao longo de 2015, será importante tornar visível essa construção da narrativa que responsabiliza a agricultura camponesa e promove mercados agrícolas e industriais de carbono como soluções (falsas), já que a FAO, o Banco Mundial e seus parceiros farão um grande esforço para potencializar a oportunidade de incluir o REDD e a agricultura climaticamente nos mercados de carbono no próximo acordo internacional sobre o clima, que deve ser adotado na conferência climática da ONU, em dezembro 2015, em Paris, França.

Jutta Kill, jutta@worm.org.uy

Secretariado Internacional del Movimiento Mundial por los bosques tropicales (WRM)

POVOS EM AÇÃO



Camponesas impedem aprovação do plantio comercial de árvores transgênicas no Brasil!

Na manhã de 5 de março de 2015, 1.000 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) ocuparam a área de testes de campo com eucaliptos transgênicos administrada pela empresa de biotecnologia FuturaGene (de propriedade total da empresa de celulose e papel Suzano) em Itapetininga, estado de São Paulo. A ação impediu a continuação das pesquisas com mudas de eucalipto transgênico, denunciando seus impactos negativos sobre o meio ambiente. Mais tarde, na mesma manhã, outro grupo de 300 camponesas da Via Campesina ocupou o prédio e a reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil, que planejava decidir se aprovaria ou não os eucaliptos transgênicos da FuturaGene. Como resultado da ocupação, a reunião da CTNBio foi adiada e nenhuma decisão foi tomada. De acordo com Atiliana Brunetto, integrante do MST Nacional, qualquer decisão da Comissão deve respeitar a legislação brasileira e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da qual o Brasil é signatário. “O princípio da precaução é sempre ignorado pela CTNBio. A grande maioria de seus integrantes se coloca em favor dos interesses empresariais das grandes multinacionais, em detrimento das consequências ambientais, sociais e de saúde pública”, diz ela. Para Brunetto, todos os transgênicos aprovados significam mais pesticidas na agricultura, uma vez que os pacotes aprovados para comercialização sempre incluem um ou outro tipo de agrotóxicos. Veja vídeos e fotos aqui: <http://stopgetrees.org/victory-ctnbio-occupied-meeting-cancelled-no-approval-ge-trees/>

Veja também uma carta da Coordenadora Executiva do Centro de Estudos e Pesquisas do Extremo Sul da Bahia – CEPEDES/BA e ativista da Campanha contra os agrotóxicos e pela vida, http://worm.org.uy/pt/files/2015/03/Avante_mulheres_de_todo_o_planeta.pdf No próximo dia 09 de abril, a CTNBio vai retomar a discussão sobre a liberação comercial de eucaliptos transgênicos em Brasil e deve tentar novamente aprovar o pedido. Portanto, mais uma vez, convidamos a todas e todos de apoiar essa luta popular no Brasil exigindo a CTNBio que não permita esta liberação. Você pode assinar petições em solidariedade por médio de:

* A “Campanha para PARAR as árvores GM” (em espanhol, inglês e português), <http://stopgetrees.org/brazilian-govt-must-reject-genetically-engineered-eucalyptus-trees/> e,

* A “Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida” (português), <http://www.contraosagrototoxicos.org>



Estados Unidos autorizam as primeiras árvores transgênicas para comercialização

Em uma ação inédita e preocupante, o Departamento (Ministério) da Agricultura dos Estados Unidos deu permissão à empresa de árvores transgênicas ArborGen para a produção comercial de um Pinus taeda transgênico, sem qualquer supervisão regulatória ou avaliação de risco ambiental. Pelo plano atual, potenciais impactos para o público ou para o meio ambiente não serão avaliados. A decisão estabelece um precedente terrível e inaceitável. Leia mais (em inglês) aqui: <http://www.dogwoodalliance.org/2015/02/us-greenlights-first-ge-forest-tree-for-commercialization/>

Tome uma atitude e diga ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e à ArborGen que isso não será tolerado. Assine o abaixo-assinado on-line aqui:

http://dia.dogwoodalliance.org/p/dia/action3/common/public/?action_KEY=17239



A resistência viva aos monocultivos

O vídeo produzido pela Rádio Mundo Real, em colaboração com a Aliança Biodiversidade, Amigos da Terra América Latina e Caribe, e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, descreve as fortes resistências encontradas pelo modelo de monocultivos industriais que avança despojando territórios e povos. A geração de lucro é o interesse primordial desse modelo de monocultura que se contrapõe à defesa da biodiversidade, à saúde das populações rurais e indígenas e ao direito à soberania alimentar. Contudo, as comunidades já estão reocupando seus territórios e desenvolvendo diversos cultivos e culturas, que, é claro, não estão isentos de sofrer ameaças e riscos. O vídeo está disponível em espanhol, com subtítulos em inglês, em: <https://vimeo.com/117847729>

RECOMENDADOS



Das palmeiras da África

O programa de TV People and Power, da Al-Jazeera, divulgou um vídeo sobre as consequências sociais e ambientais das plantações de dendzeiros em Camarões, cujo governo tem tentado atrair a indústria do dendê oferecendo uma série de incentivos. Por exemplo, em 2010, o governo camaronês chegou a um acordo com a empresa Herakles Farms, como sede nos Estados Unidos, concedendo-lhe o uso exclusivo de um importante ponto de biodiversidade no sudoeste do país – uma área de 73 mil hectares de floresta nativa, com comunidades e terras cultiváveis – para iniciar plantações. Os impactos já começam a ser sentidos. Como diz, no vídeo, Samuel Nguiffo, do Centro para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, “nossa primeira prioridade deve ser apoiar os pequenos agricultores para que produzam as culturas que vão comer ... e nós precisamos das nossas terras para isso”. Veja o vídeo completo (em inglês) aqui: <http://www.aljazeera.com/programmes/peopleandpower/2015/02/africa-palms-150223110509150.html>



O roubo da biomassa global

Um novo relatório da EJOLT, uma aliança de acadêmicos e grupos ativistas que lutam por justiça ambiental, analisa o aumento do comércio mundial de biomassa e destaca seus impactos. O relatório examina a evolução global da produção de alimentos e o comércio internacional de alimentos, e identifica as causas de conflitos socioambientais relacionadas a isso. Olhando a história e as causas do desenvolvimento da indústria de dendê na Indonésia, das monoculturas de soja no Paraguai e dos grandes investimentos em terra na Etiópia, os estudos de caso ajudam a ilustrar os padrões mais amplos do comércio de biomassa global. O autor, Andreas Mayer, comentou que “a atual expansão das terras agrícolas no Sul global exerce enorme pressão sobre as populações locais, que muitas vezes são ameaçadas com a perda de seus meios de subsistência. Este relatório tem como objetivo revelar as condições biofísicas e as causas estruturais desses conflitos e, assim, identificar potenciais conflitos que resultem do modelo dominante de produção agrícola industrializada”. Veja o relatório completo (em inglês) aqui:

www.grain.org/bulletin_board/entries/5178-the-global-biomass-robbery



A “agricultura climaticamente inteligente”, uma agricultura entregue à finança do carbono e às multinacionais

A Aliança Global por uma agricultura climaticamente inteligente foi anunciada em 23 de setembro de 2014, durante a Cúpula Mundial do Clima organizada em Nova York. Essa aliança é resultado de vários anos de esforços da FAO e do Banco Mundial para impor à agenda internacional a noção de “agricultura climaticamente inteligente”, com o contexto ideológico e as políticas que ela implica. Por trás da imagem razoável e virtuosa de uma agricultura favorável ao clima, dá-se prioridade às biotecnologias e à compensação de emissões, e não ao saber e à experiência dos camponeses que protegem o clima e o meio ambiente. Trata-se de uma aliança à que se opõe a grande maioria das ONGs e movimentos sociais, inclusive o principal movimento camponês internacional, a Via Campesina. A ATTAC França e a Confédération Paysanne prepararam um documento que analisa essa nova tendência, e que está disponível (em francês) em: <https://france.attac.org/nos-publications/notes-et-rapports-37/article/la-climate-smart-agriculture-une>



Defender e promover o direito à soberania alimentar em todo o mundo

A edição mais recente do boletim Nyéléni mostra artigos sobre como os povos de todo o mundo estão lutando para proteger e defender seus direitos a "recursos naturais" e os direitos da natureza, fornecendo informações valiosas sobre ferramentas que podem ser usadas para fortalecer nossas lutas. Você pode fazer o download do boletim (em inglês) aqui: http://nyeleni.org/DOWNLOADS/newsletters/Nyeleni_Newsletter_Num_21_EN.pdf



[Facebook do WRM](#)



[Twitter do WRM](#)



[Website do WRM](#)

Assine o Boletim mensal do WRM

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês
Editor en jefe: Winfridus Overbeek
Redatora responsável: Joanna Cabello
Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez, Jutta Kill

Secretaria Internacional del WRM
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguay
Tel/fax: 598 2413 2989
wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>